

Clipping

4ª feira, 26/03/2008

Troca de experiências.....	1
Hollanda cancela reunião com o Sindicato dos Servidores do Judiciário de Alagoas.....	2
Salários em dia, mas crise longe do fim.....	2
Servidores reagem a fim dos atrasos de salários.....	3
Rosane de Oliveira - Palanque para o Cpers.....	3
Educação pública: passos para trás, por Simone Goldschmidt*.....	3
Sem interessados, leilão da Cesp fracassa.....	4
Panelaço contra medidas da presidente.....	4
Secretária deixa audiência que debatia ensino.....	4
Capital ganha Juizado de Violência Doméstica.....	5
Termina drama do funcionalismo.....	5
Secretária abandona audiência da Assembléia.....	5
Na SEC, Mariza rebate críticas.....	6
MEC destaca práticas de êxito escolar no país.....	6
Greve: governo pára negociação.....	7
Assistência gratuita atinge 75% das ações.....	7
Estado encerra o atraso da folha de pagamento.....	7
PGE dispensa mais 7 chefes.....	8
TAPINHA.....	8
Greve retém 21 milhões de dólares em cargas.....	8
Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes.....	9
Discurso de Cristina inflama greve.....	9
Venda da Cesp fracassa pela terceira vez.....	10
Sindicato de engenheiros manterá ações.....	11
Rio cortou verbas para combate à dengue.....	12
Relações capital trabalho e novo modelo sindical serão debatidos em comissão mista.....	12
Fazendeiro se vale de MP para tentar driblar fiscalização.....	13
Identificado empregador de trabalho escravo no RS.....	16
Projeto prevê reversão de aposentadorias do INSS.....	16

Troca de experiências

CJF discute relação entre a Imprensa e o Judiciário

O Conselho de Justiça Federal promove, na quarta-feira (26/3), o III Encontro dos Assessores de Comunicação da Justiça Federal. A integração entre as assessorias de imprensa de todos os órgãos federais da Justiça tem objetivo de promover o aprimoramento de conhecimentos técnicos e teóricos sobre as atividades de comunicação. O evento acontece até quinta-feira (27/3), na sala de conferências do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

O encontro faz parte do Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal, aprovado pelo colegiado do CJF com o intuito de implementar uma política de aperfeiçoamento profissional para os servidores.

O CJF nasceu com a missão de padronizar procedimentos administrativos e jurisdicionais das instituições da Justiça Federal. A administração orçamentária está entre as suas principais atribuições. As competências do Conselho são regulamentadas pela Lei 8.472/92.

O colegiado é formado por cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça e pelos presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais do país. É presidido pelo presidente e vice-presidente do STJ. Na pauta de discussões do encontro estão: perspectivas para a produção audiovisual no Judiciário, planejamento institucional e a diferença entre as assessorias de imprensa de órgãos públicos e de empresas privadas.

A professora da ECA-USP, Margarida Kunsch, promove workshop sobre “Comunicação Institucional na Sociedade da Informação”. Márcio Chaer, diretor da revista Consultor Jurídico, Fausto Macedo, repórter do jornal O Estado de S. Paulo, e Silvana de Freitas, da Folha de S. Paulo, também participam do encontro. Assessores de Imprensa de todo o Judiciário, Legislativo e Executivo também estarão nos debates.

Revista Consultor Jurídico, 25 de março de 2008

Hollanda cancela reunião com o Sindicato dos Servidores do Judiciário de Alagoas

Diante das medidas adotadas pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário de Alagoas (Serjal) em relação à greve da categoria, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira, cancelou reunião agendada para esta quarta-feira, 26, com representantes das Associações dos Oficiais de Justiça e dos Escrivães, e da Federação dos Sindicatos dos Servidores do Poder Judiciário dos Estados da Região Nordeste (Fenordeste).

O Serjal interpôs agravo de instrumento com efeito suspensivo contra a decisão liminar da 17ª Vara Cível (Fazenda Estadual) da Capital, que decretou a ilegalidade da greve, e impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra ato da Cúpula Diretiva do Poder Judiciário (presidente, vice-presidente e corregedor-geral), buscando evitar o desconto nos subsídios dos servidores que aderiram ao movimento – providência, inclusive, determinada na decisão de primeira instância.

Ambas as medidas estão sob a relatoria do desembargador Antônio Sapucaia da Silva, da 2ª Câmara Cível do TJ/AL. A Presidência da Corte vai aguardar o pronunciamento do relator sobre as matérias para então decidir se haverá a necessidade de uma nova reunião.

A intenção do presidente da Corte era esclarecer aos representantes daquelas entidades a atual situação do pleito de reposição salarial de 11,98% relativos à URV – motivação apresentada pelo Serjal para a greve. O processo judicial que trata da questão foi suspenso pela 16ª Vara Cível (Fazenda Estadual) de Maceió, atendendo à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Salários em dia, mas crise longe do fim

Depois de 12 meses parcelando parte da folha de pagamento do funcionalismo, Piratini anuncia liberação integral dos salários em março e afasta risco de voltar a recorrer aos atrasos

O vigor da economia, somado à expansão da receita e a uma rotina de enxugamento de gastos, fez a governadora Yeda Crusius voltar a pagar o salário dos servidores do Executivo em dia um ano depois do primeiro atraso.

Coube ao secretário da Fazenda, Aod Cunha, anunciar que a folha de pessoal de março será paga integralmente até o dia 31. Em viagem ao Canadá, Yeda fez questão de dar a boa notícia ao gravar seu programa semanal na Rádio Piratini.

- Ainda temos muito a fazer, mas essa é uma das maiores demonstrações de que estamos no caminho certo - disse Yeda.

Ao revisar as projeções de ICMS no final da manhã de ontem, Aod ligou para Yeda e para o governador em exercício, Paulo Feijó, à tarde.

- Com a arrecadação dos últimos dias e o cenário futuro, podemos assumir esse compromisso - afirmou Aod, ressaltando a preocupação de anunciar o fim do parcelamento somente quando não houvesse risco de recorrer à prática novamente.

Segundo Aod, medidas de combate à sonegação da Fazenda e o crescimento da economia devem gerar um aumento de R\$ 900 milhões na arrecadação de ICMS em 2008. Considerando-se também o corte de despesas, o dinheiro para a folha do funcionalismo fica garantido até o final do ano. A liberação em agosto da primeira parcela dos reajustes salariais concedidos e não pagos pelo governo Antônio Britto (1995-1998) está prevista nesse cenário.

- Se não ocorrer nenhuma hecatombe, a folha ficará em dia daqui para frente - relatou Aod.

Para bancar a despesa de pessoal, o governo terá de fazer novo saque no caixa único de até R\$ 77 milhões em março, o que indica que a crise está longe do fim. Em 2007, o Executivo retirou mais de

R\$ 800 milhões. Conforme Aod, a diferença é que antes nem mesmo o caixa único era suficiente para garantir a folha em dia.

- É um sinal positivo, mas houve muitos cortes. O governo não está aplicando os valores exigidos pela Constituição em saúde - afirmou o especialista em finanças públicas, Darcy Carvalho dos Santos.

A partir de agora, o maior desafio do governo é devolver ao fundo previdenciário do Estado R\$ 403 milhões que serviram para pagar o 13º salário do funcionalismo, em dezembro. O valor será depositado em parcelas entre maio e outubro. Outro problema é garantir o 13º salário no final deste ano.

Servidores reagem a fim dos atrasos de salários

Os principais atingidos pelo parcelamento da folha - cerca de 15% das 274 mil matrículas de servidores do Executivo - se dividiram entre comemorar e criticar o governo ontem. O presidente da Associação de Oficiais da Brigada Militar, tenente coronel Altair de Freitas Cunha, considerou um presente de Páscoa.

- É uma alegria. Representa uma nova etapa do governo, que está mais sensível diante os servidores - disse Cunha.

Em contrapartida, o presidente do Sindicato de Fiscais de Tributos (Sintaf-RS), Carlos Agostini, disse que o Executivo não deveria ter atrasado salários porque tinha dinheiro para pagar em dia. Segundo o sindicalista, o funcionalismo tentará receber juros e correção monetária em razão do atraso nos pagamentos.

- O atraso foi uma opção política. No período em que atrasou vencimentos, a governadora tentou aprovar um conjunto de medidas na Assembléia (aumento de impostos). Qualquer atraso é inaceitável - afirmou Agostini.

Rosane de Oliveira - Palanque para o Cpers

Por mais que os deputados do PT acusem a secretária de Educação de ter desrespeitado a democracia ao não aceitar que a audiência pública sobre o fechamento de escolas fosse transferida do plenarinho para o teatro da Assembléia, só restava a Mariza Abreu ir embora. Foi o que de fato ocorreu.

Se resolvesse aceitar a transferência de local para que todos os presentes participassem, dificilmente haveria um debate profundo sobre as polêmicas medidas que a secretária vem adotando nas escolas. A platéia, munida de faixas e cartazes, era maciçamente contrária ao governo.

Educação pública: passos para trás, por Simone Goldschmidt*

"Até o dia 28, a gente se encontra de novo!" Dita normalmente, a frase soa inocente. Porém, quando dita por um policial durante uma ação de repressão ou contenção, ela ganha contornos de ameaça. E foi isso o que ocorreu no dia 14 de março, em Porto Alegre, quando sete professores e um estudante foram detidos pela Polícia Militar gaúcha durante manifestação do Cpers/Sindicato no Centro Administrativo do Estado.

Como já é de conhecimento público, o Cpers/Sindicato realiza assembleia geral no próximo dia 28 de março, para discutir a realização ou não de uma greve por salário, melhores condições de trabalho, previdência e em defesa da qualidade da educação pública. Estaria, portanto, o policial autor da frase estabelecendo um confronto para logo ali adiante?

Também são graves as ameaças feitas pela Secretaria da Educação em relação à autonomia das escolas. O anunciado retorno da inspeção escolar, nos moldes usados nos anos 60 do século passado, é um retrocesso para quem defende a gestão democrática. Outro equívoco da Secretaria de Educação é responsabilizar os educadores e setores populares - os pobres - pelo caos enfrentado hoje pelo sistema público de ensino. Para a atual titular da secretaria, o acesso à educação por

"filhos de pais analfabetos" tornou a escola mais pobre, com uma clientela muito mais diversificada e com dificuldades de aprendizagem.

O Cpers/Sindicato foi e tem sido um defensor da democracia, da participação e, no caso específico da educação, da autonomia das escolas na sua organização interna. Totalmente em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu artigo 12º diz que aos estabelecimentos de ensino cabe: elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; e assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula.

Além de andar na contramão da LDB, a secretaria mostra total desinteresse em relação ao aspecto pedagógico, centrando toda a sua atividade na gestão das escolas, deixando clara sua visão da educação como um "centro de despesas" da administração pública.

Cumpre-nos salientar que o poder público gaúcho não teve política de investimento no setor pedagógico das escolas, o que resultou na maioria dos problemas hoje identificados.

Enquanto a própria ONU coloca Porto Alegre como exemplo de democracia participativa, a secretária Mariza Abreu propõe uma volta ao passado de autoritarismo, um passado de poucas saudades para os brasileiros. O Cpers/Sindicato e a sociedade gaúcha não permitirão semelhante retrocesso.

*Presidente do Cpers/Sindicato

Sem interessados, leilão da Cesp fracassa

Nenhum dos grupos inscritos apresentou ontem garantias financeiras, no valor de R\$ 1,74 bilhão, para o leilão de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), que estava marcado para hoje. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), atribuiu o fracasso a dificuldades de financiamento dos participantes, às incertezas quanto à renovação da concessão das usinas hidrelétricas e ao preço considerado alto, R\$ 6,6 bilhões.

O fracasso do primeiro leilão de uma grande estatal depois das privatizações dos anos 90 deve contribuir para que o governo gaúcho reavalie o futuro da área de distribuição da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Panelaço contra medidas da presidente

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, enfrentou na noite de ontem o primeiro panelaço de seu governo. Insatisfeitos com medidas que atingem o setor agrícola, manifestantes foram às ruas em diversas cidades do país, inclusive Buenos Aires, para protestar. As quatro maiores associações do setor agropecuário argentino também desafiaram o governo ao dizer que continuarão a paralisação no abastecimento - a maior de toda a história argentina, motivada pelos recentes aumentos implementados para as retenções sobre as exportações de produtos agrícolas. O governo, porém, indicou que não cederá às pressões dos agricultores.

Minutos depois de um discurso de Cristina, tiveram início os panelaços e buzinações. Mais de 300 piquetes também foram realizados em estradas.

Secretária deixa audiência que debatia ensino

Mariza Abreu reclamou da falta de segurança e abandonou reunião

A audiência pública que discutiu na manhã de ontem os resultados do processo de reorganização de turmas e o fechamento de escolas pela Secretaria Estadual da Educação (SEC) não contou com o principal personagem do debate: a titular da pasta, Mariza Abreu.

Sob a alegação de que faltava segurança, ela deixou a Assembléia Legislativa, local do encontro, na Capital, e convocou uma entrevista para explicar as razões que sustentaram a sua posição.

O encontro estava inicialmente marcado para o Plenarinho da Assembléia, mas, em função do grande número de pessoas que se aglomeraram pelos corredores do prédio, o debate foi transferido para o auditório Dante Barone pela coordenadora da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia, Marisa Formolo (PT). A secretária não concordou com a

mudança e deixou o local.

- Já tive uma experiência muito desagradável em outra audiência no Dante Barone. Pessoas inflamadas levantavam das cadeiras e ofendiam os membros da mesa. Não vou me submeter a isso novamente - afirmou Mariza.

Idéia era discutir questões enviadas por deputados

A secretária disse ainda que está disposta a debater o tema com os deputados em uma nova audiência, desde que o encontro seja realizado no Plenarinho. A principal motivação do encontro realizado ontem era discutir as 24 questões enviadas pelos deputados à SEC sobre o processo de redução de turmas e escolas no Estado.

Enquanto a secretária explicava os motivos da ausência, alunos, pais e professores tomavam conta das poltronas do auditório Dante Barone. Representantes do Cpers-Sindicato e da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (Uges) criticaram as políticas do governo do Estado voltadas para a educação.

- O nome já diz: audiência pública. Todos os segmentos ligados à educação têm o direito de participar. É necessário discutir com os alunos, sim. Eles são os maiores prejudicados pela atual situação da educação no Estado - protestou a presidente do Cpers, Simone Goldschmidt.

Capital ganha Juizado de Violência Doméstica

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado anunciou ontem a instalação em Porto Alegre de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar. A nova estrutura substituirá o posto que atende desde dezembro de 2007 as ações surgidas com a aplicação da Lei Maria da Penha.

Termina drama do funcionalismo

Um ano depois do início do parcelamento de salários, o governo anunciou que, a partir de agora, os servidores estão livres desse problema

Após um ano de parcelamento de salários, o governo do Estado anunciou ontem o pagamento em dia do funcionalismo público. A partir deste mês, os servidores públicos gaúchos com salários mais altos não precisarão esperar até o dia 10 do mês seguinte para receber integralmente seus vencimentos. Porém, a comunicação da boa nova aconteceu sem a presença da governadora Yeda Crusius, que está em viagem ao Canadá, e do governador em exercício, Paulo Feijó, que viajou a São Paulo.

A tarefa agradável coube então ao secretário estadual da Fazenda, Aod Cunha, que reuniu toda a sua equipe e o líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado Márcio Biolchi (PMDB). 'A partir de agora, podemos afirmar que é perfeitamente factível manter o pagamento em dia', garantiu o secretário. Segundo Aod, a regularização da folha, depois de 12 meses, de atrasos é fruto de medidas de ajustes fiscais promovidas ao longo do ano, como a contenção de gastos e o aumento na arrecadação.

Do Canadá, a governadora Yeda Crusius destacou a determinação da equipe do governo no enfrentamento do desajuste das contas públicas. 'Mesmo com dificuldades, os resultados começam a aparecer em forma de conquistas para toda a sociedade', apontou Yeda. Os salários começaram a ser parcelados em março do ano passado, quando os servidores estaduais que recebem valores acima de R\$ 2,5 mil e, posteriormente, R\$ 1.950,00 tiveram seus vencimentos escalonados. Na época, o governo do Estado e os servidores estaduais travaram um confronto judicial que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Secretária abandona audiência da Assembléia

O impasse sobre o local da audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa (AL), para tratar de problemas no Ensino nesta volta às aulas no RS, frustrou professores, pais e estudantes que esperavam ouvir a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu. Eles reivindicavam a transferência do debate para o auditório Dante Barone, e, sem concordar, Mariza deixou a AL. O encontro acabou em tumulto, quando os participantes ficaram fora do Plenarinho,

onde seria, inicialmente, a reunião. A presidente da Comissão, Marisa Formolo, abriu a audiência, mas protestos impediram que a secretária começasse a utilizar o tempo previsto para sua manifestação. O Dante Barone foi aberto com telão, para permitir o acompanhamento da sessão, mas a alternativa não foi aceita. Diante da ameaça de invasão do plenarinho, deputados tentaram negociar a transferência. Sob alegação de falta de segurança, a Superintendência da AL orientou Mariza a deixar o local.

O tumulto atrasou em 1h o encontro, que seguiu com representantes de Cpers, pais e estudantes, e sem Mariza, no Dante Barone. Segundo a presidente do Cpers, Simone Goldschmidt, um estudo revelou turmas com 40 alunos no Ensino Fundamental e mais de 60, no Médio; falta de pessoal para bibliotecas e coordenação pedagógica. O presidente da União Gaúcha de Estudantes, Antonio Rosa, também criticou o fechamento de escolas.

Na SEC, Mariza rebate críticas

Depois de deixar a audiência pública na Assembléia (AL), a secretária Mariza Abreu disse estar à disposição do Legislativo para futuros encontros, desde que existam condições. Na SEC, rebateu críticas às medidas que implantou neste ano letivo e destacou que revisões ocorrem quando há problemas comprovados. Mariza admitiu existir turmas do Ensino Fundamental com 40 alunos, mas disse não ser regra. As situações, segundo ela, seguem critérios das escolas. Sobre a falta de transporte escolar, apontou Santa Maria como o único caso, informando que o governo tenta resolver na Justiça. Hoje, às 10h30min, Mariza participa de reunião na Secretaria da Fazenda com representantes do Cpers. Para a presidente da Comissão de Educação da AL, Marisa Formolo, caso não haja solução, pode haver nova audiência.

MEC destaca práticas de êxito escolar no país

O estudo 'Redes de Aprendizagem' identificou 37 municípios brasileiros como exemplos na área educacional, quatro deles no RS

Foi apresentada ontem, durante o 3º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em Brasília, a pesquisa 'Redes de Aprendizagens', que destacou 37 municípios no país como exemplos na área educacional. Desses, quatro localizam-se no Rio Grande do Sul: Farroupilha, Horizontina, Arroio do Meio e Sapiranga.

Realizado pelo MEC/Inep, em parceria com Unicef/Undime, o levantamento, feito a partir de visitas de campo, possibilitou aos pesquisadores avaliarem dez boas práticas e ações de aprendizagem que, combinadas, garantiriam às redes municipais desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) acima da média nacional de 3,8 (numa escala de 0 a 10). Em todos os casos, foram observadas ações que privilegiam foco na aprendizagem, consciência e práticas de rede, planejamento, avaliação, valorização do professor, formação do corpo docente, valorização da leitura, atenção individual do aluno, atividades complementares e parcerias externas. Para a secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, o conjunto de atitudes como incentivo à leitura, capricho com a merenda e com as salas de aula trazem Educação de qualidade. Em sintonia com esses valores e a partir da intenção de assegurar o direito à aprendizagem, a Secretaria Municipal da Educação do município de Farroupilha instituiu o projeto que colocou a criança no centro da escola. A iniciativa deu certo e já está rendendo frutos, a exemplo do destaque neste estudo. Em 2007, a rede construiu um documento que registra o compromisso com o direito de aprender a partir das metas: toda criança aos 8 anos saberá ler e escrever, toda escola trabalhará para reduzir a reprovação e a rede buscará ampliar os conhecimentos dos alunos em todas as áreas. O diferencial também é salientado pelo investimento permanente na formação continuada dos professores e pela valorização das ações pedagógicas que complementam o compromisso, que visa fazer uma escola criativa e educadora voltada ao aluno.

Em Farroupilha, educadores com carga horária de 20 horas semanais dispõem de quatro horas para se dedicar a essa tarefa; aqueles com 40 horas semanais dispõem de oito horas. Esses períodos são

contabilizados como tempo de trabalho regular. Entre os resultados do planejamento e da troca de idéias de gestores, professores e servidores, o município criou ainda, em 2007, nas 26 escolas da rede (12 urbanas e 14 rurais), o projeto Caminhos da Leitura. Farroupilha tem 61.799 habitantes, 5.973 alunos matriculados na Educação Básica. O Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental é 5,2, acima da média nacional, de 3,8. O 3º Fórum termina amanhã

Greve: governo pára negociação

Líder diz que paralisação só dificulta o acordo com os defensores públicos

O governo do Estado resolveu interromper as negociações com os defensores públicos gaúchos, que estão com as atividades paralisadas desde o dia 4 de março. A categoria cruzou os braços quando a Assembléia Legislativa aprovou os projetos de lei do Ministério Público e do Judiciário que fixaram o subsídio como forma de remuneração. Defensores públicos e procuradores do Estado ficaram de fora. Indignados com a medida do governo, os defensores prometem manter a greve.

Conforme o líder do governo na Assembléia, deputado Márcio Biolchi, 'a paralisação só dificulta o encontro de um denominador comum'. Afirmou que a intenção não é pressionar a categoria, mas restabelecer um ambiente favorável à discussão de propostas. Biolchi ponderou que, mesmo mantendo o veto ao projeto de lei, Legislativo e Executivo abriram a negociação com os defensores. 'Não só reconhecemos que a categoria tem dificuldades em relação às outras carreiras jurídicas, mas também defendemos que isso seja trabalhado.' Segundo ele, a meta é cumprir a determinação constitucional do Conselho Nacional de Justiça e fixar o subsídio aos defensores até março do ano que vem.

Pelo menos até o dia 31, a categoria vai permanecer em greve. O presidente da Associação dos Defensores Públicos do RS (Adpergs), Cristiano Heerdt, afirmou que a categoria foi surpreendida pela segunda vez. A primeira foi a manutenção do veto da governadora, 'apesar do acordo firmado em dezembro passado'. 'É uma total discriminação, porque atendemos a população carente', completou Heerdt. Segundo ele, entre 2000 e 2007, a Defensoria Pública do Estado perdeu 38% dos profissionais, que migraram para outras carreiras jurídicas.

Assistência gratuita atinge 75% das ações

Dos 3 milhões de processos em tramitação na Justiça do RS, 75% são abarcados pela assistência judiciária gratuita. Cada processo tem custo médio de R\$ 400,00. Os 2,25 milhões que recebem assistência gratuita consomem R\$ 900 milhões. O orçamento anual do poder é de R\$ 1,26 bilhão. Os dados foram apresentados ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça, Armínio Abreu Lima da Rosa, no Meeting Jurídico da Federasul.

Ele avaliou que a demanda não cairá no curto prazo. Nos dois primeiros meses ingressaram 330 mil processos – 8% a mais que no mesmo período de 2007. No ano passado, foram julgadas 2,4 milhões de ações. Armínio da Rosa disse que os investimentos em informática auxiliaram no atendimento, apesar da sobrecarga de trabalho. 'Temos 7 mil funcionários. Em São Paulo há 47 mil.'

Estado encerra o atraso da folha de pagamento

Todos os funcionários receberão pontualmente

Depois do impasse criado entre o governo do Estado e o funcionalismo público, o parcelamento da folha de pagamento chega ao fim neste mês. Durante exato um ano, servidores do Executivo com salários mais altos tiveram seus vencimentos escalonados. O anúncio oficial da regularização dos salários foi feito ontem pelo secretário estadual da Fazenda, Aod Cunha.

Mesmo com a confirmação do pagamento em dia dos servidores, o governo estadual fecha o mês com déficit de R\$ 92,1 milhões. Para cumprir os vencimentos em dia de 274 mil matrículas, serão desembolsados R\$ 360,3 milhões entre 27 e 31 de março. Segundo o secretário da Fazenda, o próximo desafio do ajuste fiscal promovido ao longo do ano é a devolução dos recursos sacados do fundo previdenciário. Em dezembro de 2007, o Estado utilizou R\$ 403 milhões da reserva para pagamento de inativos e do 13º terceiro salário. Em seis parcelas, de maio a outubro, o governo

estadual promete repor na conta do fundo os recursos sacados.

O parcelamento inicial de salários, em março do ano passado, atingiu cerca de 22 mil servidores. A partir de julho de 2007, o escalonamento afetou 40 mil servidores com salários acima de R\$ 1.950,00. Na época, governo e servidores travaram um confronto judicial e algumas categorias ingressaram com mandados de segurança para obter o recebimento integral dos salários. Porém, o parcelamento foi amparado por liminar no Supremo Tribunal Federal.

PGE dispensa mais 7 chefes

A procuradora-geral do Estado, Eliana Graeff Martins, dispensou ontem mais sete procuradores do exercício de cargos de chefia na instituição. Três deles eram dirigentes de equipes da Procuradoria Fiscal, em Porto Alegre, e os outros eram coordenadores das Procuradorias Regionais de Ijuí e Santa Cruz do Sul. Desde 17 de março, 30 procuradores da Capital e do Interior encaminharam pedidos de afastamento das funções de chefia à administração da PGE. Segundo a presidente da Associação dos Procuradores do Estado do RS (Apergs), Fabiana Azevedo da Cunha, os pedidos de exoneração se devem à descrença no governo, que ainda não fixou o subsídio para a categoria. No dia 7, a Apergs realiza assembléia geral para discutir o tema.

TAPINHA

A Justiça Federal de Porto Alegre condenou a empresa Furacão 2000 Produções Artísticas a pagar multa de R\$ 500 mil pelo lançamento da música 'Um tapinha não dói'. O juiz federal substituto Adriano Vitalino dos Santos, da 7ª Vara, entendeu que a letra banaliza a violência contra a mulher e estimula a sociedade a inferiorizá-la. A ação foi movida há sete anos pela organização não-governamental Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, sob alegação de que a letra justifica a violência a partir do comportamento sexual da mulher. A ré ainda pode recorrer.

Greve retém 21 milhões de dólares em cargas

Valor corresponde apenas às exportações e importações que aguardam liberação em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina

A cidade de Uruguaiana sedia hoje uma assembléia de avaliação do protesto dos auditores fiscais da Receita Federal, iniciado há uma semana. Servidores de Caxias do Sul, Porto Alegre, Pelotas, Chuí, Passo Fundo e Santa Maria, além de Uruguaiana, definirão os rumos a serem tomados pela categoria. Na Delegacia da RF em Uruguaiana há oito grevistas. No Porto Seco Rodoviário (PSR), um dos 16 auditores está em greve e os demais, que atuam na área aduaneira, em operação-padrão. A terça-feira foi atribulada no maior Porto Seco Rodoviário da América Latina. Segundo Marcelo Izaguirre da Silva, representante dos funcionários, às 16h havia 860 caminhões parados nos pátios do PSR e outros 250 veículos com senhas de acesso para ingressar no local na medida em que as cargas fossem vistoriadas e liberadas. Os caminhões nos canais vermelho (máximo de rigor na fiscalização), cinza (rigor médio) e amarelo (só análise de documentos) são, pela ordem os mais prejudicados. No canal vermelho, são liberados, no máximo, dez caminhões por dia. Já cargas vivas, perecíveis, e perigosas e de medicamentos estão sendo fiscalizadas e liberadas com agilidade. Ainda de acordo com Izaguirre, entre exportações e importações, 21 milhões de dólares em mercadorias estavam retidos. Um total de 1,1 mil caminhões, sem computar os que optaram por aguardar em postos de serviço e pátios de empresa.

A greve praticamente fechou as fronteiras do Sul do Estado com o Uruguai. Nos municípios de Jaguarão e Chuí, mais de 200 caminhões aguardavam liberação. No pátio do Porto Seco da Receita Federal em Jaguarão, 138 veículos esperavam para seguir viagem. A média diária de liberações despencou de 90 para 25, conforme Flávio Evaristo, gerente da Estação Aduaneira Interior (Eadi/Sul). Ele revelou que ontem estavam sendo liberadas cargas que chegaram na quarta-feira da semana passada. No Chuí, o chefe da aduana, Sérgio Renato Marques revelou que apenas 50

caminhões são autorizados a cruzar a fronteira a cada dia, quando em períodos normais a média é de até 130 veículos. Sem outra opção, resta aos motoristas barrados na fronteira aguardar dentro do Porto Seco de Jaguarão ou em postos de gasolina às margens da BR 471, no Chuí. Em Jaguarão apenas dois dos sete auditores se mantêm em atividade, enquanto no Chuí sete dos 14 servidores paralisaram as atividades.

O fim da Semana Nacional do Turismo do Uruguai, ocorrido no domingo, deverá aumentar os reflexos negativos da greve nas duas fronteiras do Sul do Estado. A maior parte dos caminhoneiros uruguaios recebeu folga na semana passada e retomará o trabalho agora.

Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes

Trabalhadores atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar no interior de Goiás Segundo a pasta do Trabalho, funcionários ocupavam alojamentos precários, com falta de ventilação e sujeira

FELIPE BÄCHTOLD

DA AGÊNCIA FOLHA

O grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou 421 trabalhadores em condições consideradas degradantes, em Quirinópolis (GO), sul do Estado.

O ministério diz ter resgatado os trabalhadores. Originários na maioria de outros Estados, atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar, em frentes de trabalho da empresa Agropecuária Campo Alto, sociedade anônima dirigida por um conselheiro da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). A ação ocorreu na última quinta-feira.

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho, os funcionários moravam em alojamentos precários, com problemas como falta de ventilação e sujeira. Bares chegaram a ser adaptados como moradias, de acordo com a auditoria. A empresa nega que tenha havido resgate e diz que a situação precária era restrita a poucos trabalhadores. O diretor da Agropecuária é Hermínio Ometto Neto, membro do conselho deliberativo da Unica. A Agropecuária Campo Alto é ligada à Usina São João, que tem sede em Araras, interior paulista.

De acordo com a auditoria do Ministério do Trabalho, os funcionários da lavoura em Quirinópolis tinham carteira assinada, mas eram recrutados por "gatos" (aliciadores de mão-de-obra), que eram funcionários contratados pela empresa. Os "gatos" providenciavam a moradia, segundo o ministério.

Segundo o relato de fiscais, os trabalhadores rurais moravam em locais pequenos com um número excessivo de pessoas. O coordenador da ação, Welton Oliveira, diz ter flagrado uma casa de dois quartos e um banheiro onde viviam 18 pessoas. Segundo ele, as casas não passavam por limpeza. De acordo com o ministério, eles vieram principalmente de Minas Gerais e Maranhão e foram contratados de novembro de 2007 a fevereiro deste ano.

Segundo o Ministério do Trabalho, o caso é considerado um resgate de trabalhadores porque houve a interrupção de uma situação degradante.

No ano passado, o setor sucroalcooleiro concentrou resgates de trabalhadores em condição degradante. Mais da metade -53%- dos 5.877 dos empregados encontrados trabalhava com cana-de-açúcar.

Discurso de Cristina inflama greve

Presidente diz que protestos de agropecuários são "piquetes da abundância" e que não negociará sob extorsão

Manifestantes bloquearam 300 pontos de rodovias argentinas; mercados de Buenos Aires já enfrentam desabastecimento de carne

ADRIANA KÜCHLER

DE BUENOS AIRES

A presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, afirmou ontem que não se submeterá "a nenhuma extorsão", sinalizando que não negociará com os produtores agropecuários do país, há duas semanas em greve, enquanto eles não interromperem os bloqueios de estradas.

A greve, que além dos bloqueios inclui a suspensão da venda de produtos agrícolas e de carne, é uma reação à decisão do governo, anunciada no dia 11, de aumentar os tributos cobrados pelas exportações de grãos, as chamadas retenções agrícolas, uma das principais fontes de divisas do país. É a primeira grande paralisação enfrentada por Cristina.

Depois de quase duas semanas de silêncio, a presidente afirmou ontem que os protestos são o sinal de uma transformação importante no país, que passou "dos piquetes da miséria e da tragédia aos piquetes da abundância, realizados pelo setor de maior rentabilidade dos últimos anos".

"Não vou me submeter a nenhuma extorsão", disse Cristina, reforçando a posição do governo de não negociar com os produtores enquanto a greve não terminar. Chamando os protestos de "comédia", Cristina afirmou que as exportações "seguem de vento em popa" e que os prejudicados com a greve são os argentinos.

Um representante da Sociedade Rural da Província de Entre Ríos disse que as palavras de Cristina eram "a faísca que faltava para acender o incêndio".

Após o discurso, os protestos chegaram à cidade. Em vários bairros de Buenos Aires, incluindo a Recoleta, um dos mais nobres, centenas de pessoas foram às janelas e começaram a bater em painéis.

Desabastecimento

A população já sente os efeitos da greve. Faltam carne, frango e laticínios em açougues e pequenos mercados chineses, responsáveis por 70% da carne consumida em Buenos Aires, onde os preços dos produtos aumentaram nos últimos dias.

Nas grandes redes de supermercados, faltam os cortes de carne mais populares. Os produtores afirmam que nos próximos dias haverá escassez de frutas e vegetais.

As quatro principais entidades agrícolas do país também reafirmaram a postura de não ceder "na falta de uma resposta positiva do governo". As entidades, que reúnem dezenas de milhares de produtores e que organizam o protesto, decidiram ontem manter a paralisação por tempo indeterminado.

Com 11 dias de protesto, os produtores teriam perdido cerca de 300 milhões de pesos (US\$ 95 milhões), segundo reportagem do jornal "Clarín".

Os produtores agrícolas mantêm cerca de 300 bloqueios em diferentes pontos de estradas do país e provocaram quilômetros de congestionamento na volta do feriado prolongado de Páscoa.

Caminhões que transportam produtos agrícolas são impedidos de seguir caminho. Houve tensão entre produtores agrícolas e caminhoneiros -cujo sindicato é uma das principais bases de apoio do governo- que queriam ultrapassar o bloqueio e exigiam que as estradas fossem liberadas.

Em um dos bloqueios, na cidade de Paraná, a gendarmeria (polícia de fronteiras) reprimiu o protesto de cerca de 600 produtores com cães e gás lacrimogêneo. Segundo os produtores, alguns dos manifestantes ficaram feridos e outros foram temporariamente detidos.

A restrição às exportações pode afetar outros países como o Brasil, um dos principais importadores dos grãos argentinos. A limitação imposta pelo governo na venda de trigo já é motivo de contenda entre os dois países.

Venda da Cesp fracassa pela terceira vez

Empresas alegam preço alto e dúvidas quanto à renovação das concessões de Jupiá e Ilha Solteira, que vencem em 2015

Nenhum dos interessados depositou garantias para participar do leilão marcado para hoje; Serra culpa crise financeira internacional

TONI SCIARRETTA

AGNALDO BRITO

DA REPORTAGEM LOCAL

O governo do Estado de São Paulo fracassou ontem em sua terceira tentativa de privatizar a Cesp (Companhia Energética de São Paulo), terceira maior geradora de eletricidade no país. O leilão estava marcado para hoje, no que seria a maior privatização do país desde a venda do Banespa, em 2000.

O governo Serra esperava arrecadar R\$ 6,6 bilhões, que pretendia investir em infra-estrutura, como transporte público. Tentativas de vender a Cesp em 2000 (Covas) e 2001 (Alckmin) também fracassaram.

Nenhum dos cinco interessados pré-qualificados depositou garantias para participar da disputa. As empresas tinham até o meio-dia de ontem para entregarem à Bolsa uma fiança bancária, seguro garantia ou dinheiro no valor de R\$ 1,74 bilhão para terem direito de apresentar lance no leilão. As razões alegadas pelos participantes foram as incertezas em relação à renovação das concessões de duas das maiores usinas hidrelétricas da Cesp -Jupiá e Ilha Solteira, 67% do parque gerador da estatal-, que vencem em 2015. Para os interessados, o preço mínimo pedido pelo governo paulista não compensava os riscos regulatórios envolvidos.

Na disputa pela terceira maior geradora do país, estavam as maiores empresas do setor elétrico nacional: a franco-belga Tractebel/Suez, dona da antiga Gerasul, a maior geradora privada, e a CPFL Energia, maior grupo privado de energia, distribuidor no interior de São Paulo. Também concorriam a brasileira Neoenergia, que tem capital da espanhola Iberdrola, a portuguesa EDP e a Alcoa, produtora de alumínio.

"O risco não era compatível com o investimento", disse Wilson Ferreira Junior, diretor presidente da CPFL.

A compra da Cesp era um negócio de pelo menos R\$ 22 bilhões. Considerando que todos os acionistas minoritários aderissem à oferta pública de recompra de ações exigida no edital, o novo controlador teria de desembolsar R\$ 16 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões pelos papéis do governo. Teria ainda de assumir dívidas da ordem de mais de R\$ 6 bilhões.

O governador José Serra (PSDB) atribuiu a desistência dos grupos também à crise financeira internacional, que reduziu a disponibilidade de capital para financiar a operação de compra. O governador citou ainda o preço considerado alto pelos empresários e as incertezas quanto à renovação das concessões. "O governo estabeleceu um preço mínimo que valorizava o ativo do Cesp. Nós não venderíamos abaixo desse valor", afirmou Serra.

Até a segunda, todos os pré-qualificados ainda estudavam formar um consórcio único para participar do leilão. As negociações prosseguiram durante todo o feriado prolongado de Páscoa. As empresas não admitem que negociaram entrar juntas no leilão nem que decidiram conjuntamente não fazer uma oferta pela Cesp.

Mesmo diante da redução da liquidez de crédito do mercado internacional, o fim das concessões de duas das principais usinas da Cesp foi o fator determinante para o abandono do negócio. Pela atual lei das concessões, as usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupiá terão de ser devolvidas à União em 2015.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, chegou a dizer que estudava "brecha" na atual legislação para garantir a prorrogação da concessão das duas usinas por mais 20 anos, mas depois não quis se comprometer com a renovação.

A mudança alteraria completamente a avaliação do negócio. O preço mínimo de R\$ 49,75 por ação, determinado por avaliações dos bancos Citibank e Fator, embutia a venda de energia já feita pela Cesp para além dos prazos da concessão.

A Folha apurou que os grupos interessados, durante a avaliação econômico-financeira, retiraram do cálculo feito pelos avaliadores a receita referente à venda da energia correspondente às duas usinas mesmo após o fim da concessão, em 2015.

Segundo a Folha apurou, nessa avaliação, o preço mínimo para a compra da Cesp que asseguraria taxas de retorno ao novo controlador era de R\$ 36 a R\$ 38 por ação. Daí surgiram pressões dos interessados para que o governo reduzisse o valor, o que não foi aceito.

Sindicato de engenheiros manterá ações

DA REPORTAGEM LOCAL

O Sindicato dos Engenheiros de São Paulo disse que manterá as ações judiciais e no TCU contra a Cesp, mesmo depois do fracasso do leilão. Para Carlos Kirchner, diretor de energia do sindicato, o objetivo é obrigar a Cesp a mudar as práticas na gestão da energia que produz.

No TCU, o sindicato questiona contratos de venda de energia negociados pela Cesp para além de 2015, quando a usina terá de ser devolvida ao poder concedente caso o governo federal não mude a Lei de Concessões. O sindicato diz que a usina de Porto Primavera tinha, até ontem, energia negociada além do prazo final da concessão que expiraria em maio próximo. Ontem, a Aneel oficializou novo prazo de 20 anos para a concessão da usina.

(AGNALDO BRITO)

Rio cortou verbas para combate à dengue

Estado reduziu em 48,6% previsão orçamentária para este ano; de 2003 a 2006, prefeitura também diminuiu gastos na área

A gestão de Cesar Maia não informou o orçamento de 2007 e 2008; já o governo de Sérgio Cabral aplicou apenas R\$ 704 mil neste ano

RAPHAEL GOMIDE

DA SUCURSAL DO RIO

O governo Sérgio Cabral (PMDB) reduziu em 48,6% (R\$ 19,2 milhões) a previsão de gastos em prevenção e combate à dengue para este ano no Rio. Passou de R\$ 39,5 milhões (valores atualizados) em 2007 para R\$ 20,3 milhões em 2008.

A prefeitura de Cesar Maia (DEM) não planejou nenhuma ação direta ou programa de trabalho específico contra a dengue no Orçamento de 2007, embora tenha previsto R\$ 37 milhões para "ações indiretas". Dos R\$ 20,3 milhões orçados para 2008, o Estado aplicou só R\$ 704 mil na área até 24 de março -na fase crítica da epidemia, que já matou 49 pessoas. Isso equivale a 3,5% do previsto. Mantido esse ritmo, até o fim do ano 14% da verba terá sido aplicada.

Tanto o Estado quanto o município do Rio reduziram os valores aplicados no controle da dengue nos últimos anos.

No Estado, desde 2004, foram cortadas as verbas de "vigilância epidemiológica (de doenças)" e "vigilância em saúde", de R\$ 45,6 milhões (valores corrigidos pelo IGP-M) para R\$ 39,5 milhões (2007).

O montante liquidado pela prefeitura caiu de R\$ 48,2 milhões (2003) para R\$ 23,9 milhões (2006), em valores atualizados. A prefeitura não revelou os gastos de 2007 e os de 2008.

O vereador Carlos Eduardo (PSB) entrou com representação ontem no Ministério Público contra o prefeito Cesar Maia por "desvio de finalidade". Maia, disse ele, aplicou em outros programas uma verba do Ministério da Saúde destinada ao setor de vetores (transmissores de doenças, como o mosquito da dengue, por exemplo).

O vereador diz que Maia desviou mais da metade da verba de R\$ 12 milhões destinada em 2006 ao combate à dengue -para ações de repressão à doença- na locação de ambulâncias e na limpeza de hospitais. O prefeito não comentou.

Bate-boca

Maia, aliás, rebateu a crítica do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que responsabilizou a prefeitura pelos casos de dengue. Em seu boletim eletrônico (chamado de "ex-blog"), disse que o ministro é "falastrão e mentiroso". Maia disse ter demitido Temporão em 2001 por "preguiça e incompetência". O atual ministro era subsecretário municipal de Saúde. Em 2002 houve uma epidemia de dengue no Rio. Temporão não quis responder.

Relações capital trabalho e novo modelo sindical serão debatidos em comissão mista

O senador Paulo Paim (PT/RS) e o ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Mangabeira

Unger, reuniram-se nesta terça-feira (25), com o objetivo de planejar atividades no âmbito do Legislativo para tratar de um novo modelo de relações entre o capital e o trabalho no Brasil. O encontro é o primeiro de uma série que Mangabeira Unger pretende realizar no Congresso Nacional. O ministro tem mantido conversações com todos os setores do governo visando apresentar um novo modelo de desenvolvimento.

Centrais

Em conjunto com as maiores centrais sindicais do país, Mangabeira Unger pretende focar essa iniciativa em três assuntos principais: o fim do trabalho informal, a participação dos salários na renda nacional e uma mudança no regime sindical.

Na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paim apresentará requerimento solicitando a criação de uma comissão mista especial para tratar das novas relações de trabalho no país. O senador pedirá também que os líderes dos partidos indiquem representantes para compor a comissão especial. (Com Agência Senado)

Fazendeiro se vale de MP para tentar driblar fiscalização

Denúncia de vítima torturada com ferro quente levou fiscais até a Fazenda Bom Sucesso, onde houve 35 libertações. Para se defender, proprietário tentou se aproveitar da dispensa de carteira prevista na MP 410/2007

Por Maurício Hashizume

Perdeu quem apostou que a **dispensa de assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para trabalhos no meio rural de até dois meses, estabelecida pela Medida Provisória (MP) 410/2007**, não seria utilizada por empregadores para tentar burlar a fiscalização oficial. Com o intuito de driblar a operação do grupo móvel do governo federal, 23 trabalhadores rurais foram induzidos a assinar contratos nos moldes da MP 410, um dia após o flagrante promovido na Fazenda Bom Sucesso, em Paragominas (PA), por quatro auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nove inspetores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e um procurador do Trabalho.

No dia 12 de fevereiro deste ano, a equipe de fiscalização encontrou 35 pessoas - entre eles três adolescentes - em condições análogas à escravidão na propriedade pertencente ao fazendeiro Gilberto Andrade. A denúncia que motivou à operação foi feita - depois de um périplo extenuante que incluiu longas caminhadas, caronas e noites ao relento - por um **trabalhador que alega ter fugido da propriedade depois de ter sido torturado com queimaduras de ferro quente para marcar gado** (com formato de ferradura de cavalo) nos braços, rosto e barriga. O denunciante aproveitou a presença de Gilberto Andrade na fazenda, no dia 25 de janeiro, para reclamar da falta de comida e do não recebimento dos salários. Em resposta às reclamações, o próprio proprietário da fazenda teria contado com a ajuda do gerente Fernando Silva Teles e do "gato" (contratante da empreitada) Antonio Alves do Carmo, conhecido por "Ceará", para torturar a vítima com ferro quente.

Parte do grupo encontrado na Fazenda Bom Sucesso, cujas atividades eram a criação de gado leiteiro e o plantio de capim, vivia em quatro alojamentos contíguos a currais e estábulos "em situação condenáveis de habitabilidade e sem a mínima condição de higiene e segurança", segundo descrição dos fiscais. Trabalhavam sem carteira assinada e não recebiam salários de modo regular. Anotações em cadernetas referentes a aquisições de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de mantimentos também foram encontradas, mas até em virtude da ausência da remuneração mensal, não vinham sendo efetivamente cobradas dos trabalhadores.

Trabalhadores da fazenda dormiam em área contígua a currais e estábulos (Foto: SRTE-PA)

Os aparelhos sanitários do banheiro estavam danificados e todos eram obrigados a realizar suas necessidades fisiológicas no mato, expostos ao ataque de animais peçonhentos. As refeições eram feitas sobre bancos improvisados ou no chão, sobre um piso sujo de esterco. O fogão a lenha esfumaçava todo o acanhado ambiente e provocava constante desconforto respiratório. Os fiscais constataram até a existência de vísceras do gado - bofe (pulmão) e úbere (glândulas mamárias) - expostas em vasilhame sem tampa, com aparência e odor de carne deteriorada, que "foram

fornecidas pelo empregador e serviriam para o preparo das refeições dos empregados", segundo relatório dos fiscais.

A água consumida pelos empregados vinha de um poço artesiano, mas era armazenada em caixas d'água sem tampa, cheia de lodo e com presença de girinos (larvas de sapos). Duas espingardas calibre 22 também foram apreendidas no local. "A sutil retenção dos salários que, sob o argumento da prestação de conta futura, aprisiona na indefinição de data; a dificuldade de acesso; a distância e a falta de transporte para atendimento do deslocamento dos trabalhadores, são condutas que afrontam os regramentos básicos do direito e revelam o grau de liberdade que é dada aos trabalhadores", descreve o relatório da fiscalização.

Diante de tal quadro, o grupo móvel interditou os alojamentos e aplicou 14 autos de infração, além de registrar os 35 trabalhadores, emitir 16 carteiras de trabalho e efetivar 34 requerimentos de seguro-desemprego. Em casos como esse, efetiva-se o pagamento dos salários devidos e das multas rescisórias e as pessoas são transportadas de volta para o local de onde vieram.

Por causa da quantidade de empregados e da falta de transporte adequado ao deslocamento dos mesmos, o gerente da Fazenda Bom Sucesso, Fernando Silva Teles, se comprometeu a alojar provisoriamente as pessoas na sede da propriedade até a conclusão dos pagamentos e a chegada de transporte adequado para os libertados.

No dia 13 de fevereiro deste ano, porém, nem o proprietário Gilberto e nem o seu preposto compareceram ao local e os pagamentos não foram feitos. No dia seguinte (14 de fevereiro), os integrantes do grupo móvel retornaram à fazenda. Ficaram sabendo por meio dos trabalhadores que, durante a madrugada (do dia 13 para 14), o "gato" (contratante da empreitada) conhecido por "Ceará" apareceu num carro não-identificado de madrugada. Ceará acordou os trabalhadores para que eles assinassem um contrato de prestação de serviço. A maioria dos trabalhadores, 23 dos 35 libertados, acabou firmando o documento.

"Colhemos depoimentos dos trabalhadores e eles nos disseram que não sabiam o que estavam assinando", relata o procurador Francisco Cruz, do Ofício de Marabá, que acompanhou a operação. Na ocasião dos pagamentos, conta ele, os empregadores não apresentaram nenhum contrato e cumpriram com a obrigação de quitar as dívidas trabalhistas de R\$ 29,3 mil e providenciar o transporte de volta aos libertados. A operação foi concluída no dia 15.

No dia 27 de fevereiro de 2008, entretanto, em atendimento parcial de notificação para apresentação de documentos, na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará (SRTE-PA), o empregador Gilberto Andrade apresentou 23 contratos temporários de curto prazo no meio rural nos termos da MP 410/2007, de 28 de dezembro de 2007. Nos documentos constam somente o nome do trabalhador e datas diferentes (entre o final de janeiro e início de fevereiro) do início da empreitada. A reportagem tentou, mas não conseguiu entrar em contato com o fazendeiro Gilberto Andrade até o fechamento desta reportagem, na tarde desta terça-feira (25).

Fiscalização apreendeu duas espingardas calibre 22 na Fazenda Bom Sucesso (Foto: SRTE-PA) "É um agravante. Trata-se de uma tentativa do empregador de burlar a fiscalização. Mas acredito que esse procedimento não será considerado porque claramente não se enquadra nos dispositivos da MP 410", avalia o procurador Francisco Cruz, que não acompanha mais o caso, agora sob responsabilidade de Rodrigo Cruz da Ponte Souza, da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, em Belém. A investigação da denúncia de tortura do denunciante com queimaduras de ferro quente está sendo conduzida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) do do Estado do Pará.

Repercussões e trâmite

A fraude trabalhista existe independentemente da MP 410/2007, avalia Manoel dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), principal entidade representativa dos camponeses que apóia a medida. "Não vou dizer que a MP vai diminuir esse tipo de crime. Quem é fraudulento continuará sendo: antes, agora e depois", emenda. **Organizações engajadas no combate à escravidão e entidades como a Federação da Agricultura Familiar (FAF) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), vinculadas à Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP), se**

manifestaram contra a MP 410; a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apoiou a proposta. De acordo com Manoel, já foi negociada uma nova redação da MP que altera a redação original redigida pelo Poder Executivo. O relator da matéria, deputado federal Assis do Couto (PT-PR), confirma o acerto decorrente de conversas com representações dos trabalhadores e dos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Previdência Social (MPS). "A alteração buscou sanar o que havia ainda de risco com relação aos que poderiam ser prejudicados perdendo a carteira assinada", descreve o relator. "Não vejo muitas dificuldades no trâmite da proposição. O texto foi acertado, mas ainda é preciso conversar com outros líderes, inclusive da própria base do governo". Foram apresentadas 45 propostas de emenda ao texto da MP 410.

O deputado discorda que a aprovação da MP possa dar abertura a fraudes. "A medida visa formalizar a relação trabalhista daqueles que estão excluídos. Isso não vai dificultar a fiscalização. Pelo contrário, vai facilitar o controle do Estado. Pelo menos haverá um novo tipo de formalização, com exigência da GFIP [Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência] e do recolhimento obrigatório dos 8% do FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço] e do INSS [Instituto Nacional de Seguro Social]".

Para Assis do Couto, a MP 410 ainda não resultou em formalizações em massa porque o instrumento ainda não foi devidamente aprovado pelo Congresso e normatizado. "Faltam modelos-padrão do contrato de trabalho e da GFIP. Há também um processo de conscientização dos trabalhadores que leva um certo tempo", analisa o parlamentar.

"Hoje, na vida real, não há condições de forçar a assinatura de carteira no campo para empreitadas curtas", acrescenta o relator, que defende "mais pragmatismo e menos ideologia". Ele faz um paralelo com os funcionários estatutários que trabalham na Câmara dos Deputados, que não tem carteira assinada e recebem os direitos trabalhistas. "Não podemos deixar de fazer essa inclusão em função das possíveis ilegalidades. É preciso correr atrás dos fraudadores", emenda Manoel, da Contag.

A partir da mudança que está sendo proposta na redação da MP, a dispensa de carteira só será aceita mediante convenção coletiva firmada entre os contratantes e o sindicato dos trabalhadores de determinada localidade. A relação desigual entre o vendedor de mão-de-obra com o tomador do serviço ficaria mais equilibrada com a participação dos sindicatos, reflete Manoel.

A exigência de intermediação sindical para contratos temporários no campo se aproxima de uma outra proposta que vinha sendo discutida no âmbito do MTE. Essa proposta dizia respeito apenas a empreitadas de até 29 dias e abria a possibilidade de contratação coletiva de trabalhadores firmada junto ao sindicato local. Nesse caso, porém, todos os contratos coletivos seriam submetidos ao sindicato, enquanto que a nova redação da MP exige apenas a assinatura de uma convenção coletiva anual autorizativa para contratos individuais sem assinatura de carteira. O aval da entidade sindical para cada contratação específica, colocam fontes da área, seria importante para legitimar o controle social. "O número de pequenos proprietários que fazem esse tipo de contratação para serviços diários e semanais é enorme. Não dá para o sindicato verificar cada contrato", contesta o dirigente da Contag.

Manoel aponta ainda a possibilidade de recebimento dos direitos trabalhistas (como férias e 13º salário proporcionais) desde o primeiro dia de trabalho como uma das principais vantagens da medida. Manoel compara: "A contratação em regime de CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas] só prevê pagamento desses direitos a partir do 15º dia de trabalho".

A prorrogação da aposentadoria rural, outra medida de grande repercussão contida no texto original da MP 410/2007, acabou sendo incorporada na MP 385/2007, aprovada na semana passada na Câmara Federal. Pelas regras aprovadas, as regras atuais da Previdência Rural serão mantidas até 2010, ou seja, basta comprovar o exercício e atingir a idade estabelecida para ter direito a um benefício de um salário mínimo. De 2010 a 2015, o recebimento da Previdência rural será condicionado à contribuição de pelo menos um terço do benefício; e de 2015 a 2020, essa exigência será maior: cada contribuinte terá de recolher metade do que receberá como aposentado.

Parlamentares dos Democratas (DEM) estão entrando, contudo, com um recurso na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados contra a MP 385, que foi "ressuscitada"

após a recusa dos senadores de uma outra medida provisória: a MP 397/07, editada justamente para revogar a primeira. Como a MP 385 terá ainda que ser aprovada no Senado (e corre o risco de ter o conteúdo novamente vetado), o relator Assis do Couto estuda a possibilidade de manter, por segurança, a prorrogação da aposentadoria rural também na MP 410. "Concordo que existe um imbróglio e o cenário é nebuloso. Mas isso não se deve ao mérito da Previdência rural, mas à complexidade do método legislativo".

Identificado empregador de trabalho escravo no RS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª região divulgou, no final da tarde desta terça-feira (25), o nome do empregador que contratou 26 pessoas em condições degradantes em uma fazenda em Bagé, na Campanha gaúcha. Manoel Luiz Garcia Pereira arrendava a área onde plantava melancia e acácia negra. Ele mantinha os trabalhadores em alojamentos precários, com salários atrasados e sem equipamentos adequados e carteira assinada. A reportagem é de Raquel Casiraghi e publicada pela Agência de Notícias Chasque, 25-03-2008.

A divulgação do nome do mau empregador, além de ser um direito do cidadão, também beneficia os próprios trabalhadores. O cientista político **Leonardo Sakamoto** avalia que, ao anunciar quem são os empregadores irregulares, o Ministério do Trabalho está prestando um serviço à população.

"A divulgação é importante para, primeiro, informar a sociedade e, em segundo para alertar os trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais, que evitem os maus empregadores e os comerciantes, para que evitem comprar os produtos dessas pessoas. Além do trabalho de informação, divulgar o nome permite que o trabalhador, na medida do possível, escolha o seu empregador", diz.

De acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Trabalho, Manoel terá que fornecer equipamentos e protetor solar aos trabalhadores. Também precisará garantir o número certo de camas no alojamento, regularizar o vínculo empregatício e ministrar cursos de manejo correto de agrotóxicos, entre outros itens.

Os 26 trabalhadores de Bagé foram recolhidos por fiscais do Ministério do Trabalho no dia 14 de Março, a partir de uma denúncia de trabalho escravo encaminhada por uma das pessoas. A maioria dos trabalhadores é de Tocantins e estavam há cinco meses no local. Outros 10 são da cidade gaúcha de São Jerônimo. Entre os trabalhadores foi encontrado um jovem de 16 anos.

Este é o segundo caso de trabalho escravo registrado no Rio Grande do Sul em menos de quatro meses. Em novembro passado, a fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RS) resgatou 32 pessoas de uma lavoura de eucalipto na região Central do Estado. A empresa contratante, Vip Comércio e Extração de Madeira, fornecia dormentes para a América Latina Logística (ALL), multinacional que detém a concessão das ferrovias gaúchas.

Para ler mais:

Projeto prevê reversão de aposentadorias do INSS

Laycer Tomaz

O Projeto de Lei 2682/07, do deputado Cleber Verde (PRB-MA), permite aos aposentados do regime geral da Previdência Social renunciar ao benefício a qualquer tempo. Pela proposta, nessa hipótese o beneficiário não terá de restituir nada à Previdência e poderá recomeçar a contagem do tempo de serviço para ter direito à aposentadoria integral ou para aumentar a base de cálculo necessária à aposentadoria proporcional.

De acordo com Cleber Verde, embora não seja vedada na legislação, a reversão da aposentadoria vem sendo negada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O deputado esclarece que a pretensão da proposta não é permitir a acumulação de benefícios, mas garantir a renúncia ao benefício atualmente recebido para se ter direito ao recebimento de outro, no mesmo regime mas em condições mais vantajosas.

Tramitação

O projeto, que tramita em **caráter conclusivo**, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.